



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

COMITÊ DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
2ª REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA DO PEI
REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2015, ÀS 13H 10MIN

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, às treze horas e dez minutos, no auditório do 24º andar do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, reuniram-se, sob a Presidência da Coordenadora do Comitê de Planejamento e Gestão, Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves, os Desembargadores Cândida Alves Leão, Ivete Ribeiro, Paulo José Ribeiro Mota e Roberto Barros da Silva; e os servidores Gustavo Miranda da Silva, Diretor da Coordenadoria de Estatística e Gestão de Indicadores; Dario Nery, Chefe da Seção de Gestão de Indicadores Institucionais; Leandra Maria Leal de Sant'Anna e Bruno Motta de Andrade, representantes do Núcleo de Gestão Estratégica e Projetos, com a finalidade de analisar o andamento do Planejamento Estratégico Institucional e seus resultados.

A Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves iniciou a reunião sugerindo ao Comitê a indicação da Desembargadora Cândida para integrá-lo como membro, em substituição ao Desembargador Antero, que está afastado. O Comitê aprovou e Desembargadora Cândida aceitou.

Em seguida, passou a palavra ao Desembargador Paulo Mota, que discorreu sobre o trabalho do Grupo Gestor de Metas e abordando algumas Metas da Justiça do Trabalho.

Com relação à Meta 2, destacou-se que há apenas trinta processos pendentes no 2º Grau, sendo que é necessário julgar pelo menos oito desses para cumprimento da meta, que atualmente está em 96,74%. A lista dos processos foi distribuída aos presentes. O Comitê deliberou por solicitar informações dos respectivos processos, através da Presidência, às secretarias para se justificar o não cumprimento da meta. Já com relação ao primeiro grau, o servidor Dario destacou que há 2.941 processos pendentes para cumprimento da meta. Explicou que foi gerada uma lista dos mesmos, a qual foi repassada à Corregedoria Regional. Ressaltou ainda que o índice deverá chegar próximo da meta, levando-se em consideração que a média mensal de julgamentos desses processos é de



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

dois mil, e que, mesmo sendo um período atípico, ainda não foi feita a apuração do mês de dezembro.

Sobre a Meta 5, o resultado ora apresentado sofrerá alguma variação, pois devem ser excluídos do cálculo os processos que foram convertidos para a CLE (Cadastro de Liquidação e Execução), já que os mesmo saíram da meta do SAP, mas entraram para o PJe.

Quanto à Meta 7, o Diretor Gustavo listou os dez maiores litigantes apurados, esclarecendo, porém, que esses não são os dez maiores devedores, como pode parecer, pois o glossário da meta limita apenas à fase de conhecimento. Destacou-se que a meta já está cumprida no 2º Grau. Discutiu-se quais ações seriam possíveis para avançar no índice. Os presentes concluíram que, com relação aos litigantes que fazem parte do poder público, há pouca margem de atuação, e que os esforços devem se concentrar nos demais. O Diretor Gustavo acrescentou que, em conversa com integrantes de outros Tribunais Regionais do Trabalho, percebeu que a principal ação relatada pela maioria foi a priorização desses processos pelos núcleos de conciliação para tentativa prévia de acordo. O Desembargador Paulo Mota opinou que o judiciário poderia também agir de forma preventiva ao litígio, envolvendo representantes dos grandes litigantes para conversas e orientações visando esclarecer e adequar procedimentos por eles adotados. Já a Desembargadora Ivete Ribeiro considerou que esse não seria o papel do judiciário, mas sim do Ministério Público e sugeriu que a Presidência, junto com o Núcleo de Conciliação, poderia convidar o setor jurídico dessas empresas para conciliações extraordinárias. O Desembargador Paulo então esclareceu que pensou em algo menos formal do que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e mais voltado para negociação e orientação. A Desembargadora Cândida acrescentou que isso poderia envolver a Secretaria de Dissídios Coletivos - SDC, que poderia levantar os principais temas recorrentes. O Desembargador Paulo acrescentou ainda que, havendo resultados positivos de ações como essa, no futuro poderia ser criada uma unidade dedicada a esse objetivo. A Desembargadora Jucirema solicitou ao Diretor Gustavo apuração detalhada desta meta por Vara do Trabalho, para análise de onde há maior incidência desses processos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Em seguida foram analisados os indicadores do Planejamento Estratégico Institucional:

Indicador 15: Índice de Eficiência Operacional - Em Tramitação

	Até Junho de 2015	Até Setembro de 2015	Total
Realizado	23%	27%	27%
Meta	-	-	31%

Comentários: o Diretor Gustavo pontuou que o indicador está muito próximo da meta estabelecida.

Indicador 16: Índice de Eficiência Operacional – Entrados

	Até Junho de 2015	Até Setembro de 2015	Total
Realizado	120%	101%	101%
Meta	-	-	100%

Comentários: resultado parcial satisfatório com meta atingida.

Indicador 24: Tempo de Ciclo Total (1º Grau)

	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Total
Realizado	1.489	1.724	1.629	1.374	1.311
Meta	-	-	-	-	1.200

Comentários: o Desembargador Paulo destacou que houve um aumento gradual no índice, que iniciou o ano com um ciclo total de 989 dias e hoje está em 1.374 dias. O Diretor Gustavo informou que para melhor análise, deve também ser observado o indicador 26. A Desembargadora Jucirema considerou que esse resultado não está ruim para esse ano, tendo em vista que houve três meses de greve. O Desembargador Paulo pontuou, porém,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

que esperava um tempo de ciclo menor para ano corrente. Já a Desembargadora Jucirema considerou que o resultado está muito próximo da meta. Solicitou ainda que seja calculado o indicador detalhado por vara do trabalho.

Indicador 25: Prazo Médio de Julgamento no 1º Grau (Conhecimento) com Perícia

	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Total
Realizado	740	733	716	734	728
Meta	-	-	-	-	840

Comentários: a meta está sendo atingida.

Indicador 26: Prazo Médio de Julgamento no 1º Grau (Conhecimento) sem Perícia

	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Total
Realizado	227	235	220	224	229
Meta	-	-	-	-	280

Comentários: a meta está sendo atingida.

Indicador 29: Índice de Processos Antigos

	Até Junho de 2015	Até Setembro de 2015	Total
Realizado	5,49%	5,11%	5,11%
Meta	-	-	7,75%

Comentários: indicador similar à Meta 2 da Justiça do Trabalho, a qual já foi discutida. A meta esta sendo atingida.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Indicador 30: Índice de Virtualização dos Processos Novos

	Até Junho de 2015	Até Setembro de 2015	Total
Realizado	43,67%	46,07%	46,07%
Meta	-		40%

Comentários: o resultado atual já supera a meta estabelecida para 2015.

Indicador 31: Taxa de Congestionamento de 1º Grau (Conhecimento)

	Até Junho de 2015	Até Setembro de 2015	Total
Realizado	58%	48%	48%
Meta	-		43%

Comentários: os presentes observaram que este indicador é um reflexo da Meta 1 da Justiça do Trabalho, sendo que o Tribunal está julgando menos processos do que a quantidade de entrados. A Desembargadora Jucirema solicitou ao Diretor Gustavo apuração detalhada do indicador por vara do trabalho, discriminando inclusive as unidades contempladas com auxílio fixo. O Desembargador Paulo destacou a necessidade de se estabelecer parâmetros para analisar o ganho de produtividade nas varas com essa característica, em relação às que têm apenas um juiz. O Desembargador Roberto considerou que talvez fosse interessante haver metas diferenciadas para essas unidades.

Indicador 33: Porcentagem de Conciliação

	Até Junho de 2015	Até Setembro de 2015	Total
Realizado	46,28%	45,83%	45,83%
Meta	-		46,75%

Comentários: os presentes observaram que o resultado está muito próximo da meta estabelecida, ressaltando que deve haver um aumento no índice em razão da semana de



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

conciliação que ocorreu no final de novembro. O Diretor Gustavo informou que esteve presente no 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em que foi estabelecido um teto para a Meta Específica “Aumentar a conciliação na fase de conhecimento”, que equivale a este indicador, e que talvez fosse importante revê-lo. O Desembargador Paulo sugeriu que isso ocorra na primeira RAE de 2016. O Desembargador Roberto observou que, historicamente, o resultado deste indicador tem uma variação muito pequena. A Desembargadora Ivete considerou que há possibilidade desse índice piorar no próximo ano devido a atual crise do país.

Indicador 34: Taxa de Congestionamento de 1º Grau (Execução)

	Até Junho de 2015	Até Setembro de 2015	Total
Realizado	76%	71%	71%
Meta	-		64%

Comentários: os presentes pontuaram que já há ações em andamento para melhorar este resultado.

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pelo Desembargador Paulo José Ribeiro Mota, e, para constar, foi lavrada a presente ata.

~~DESEMBARGADORA JUCIREMA MARIA GODINHO GONÇALVES~~
~~COORDENADORA DO COMITÊ DE PLANEJAMENTO E GESTÃO~~

avida
DESEMBARGADORA CÂNDIDA ALVES LEÃO

Ivete Ribeiro
DESEMBARGADORA IVETE RIBEIRO

Paulo José Ribeiro Mota
DESEMBARGADOR PAULO JOSÉ RIBEIRO MOTA

Roberto Barros da Silva
DESEMBARGADOR ROBERTO BARROS DA SILVA